

DOI: [10.46943/IX.CONEDU.2023.GT06.003](https://doi.org/10.46943/IX.CONEDU.2023.GT06.003)

A TEMÁTICA INDÍGENA E A SUA ABORDAGEM EM ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL, ESTADO DO ACRE

ANA GABRIELE FREIRE RODRIGUES

Mestranda pelo Curso de Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Federal do Acre – UFAC, anagabifrodrigues@gmail.com;

ANIVIA DA SILVA LIMA

Mestranda pelo Curso de Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Federal do Acre – UFAC, anivia.lima@sou.ufac.br;

RESUMO

O presente estudo apresenta as reflexões da pesquisa realizada acerca da abordagem da temática indígena em duas escolas do ensino fundamental da área urbana do município de Cruzeiro do Sul - AC. Diante dessa perspectiva buscamos investigar de que maneira a gestão escolar e os professores trabalham a questão indígena analisando os Projetos Político Pedagógicos aliados aos Planos da disciplina de história das referidas escolas. Desenvolvemos assim, uma pesquisa de natureza exploratória e qualitativa, tomando como base uma metodologia de investigação fundamentada no referencial teórico de: Moreira e Candau (2008), e outros/as. Para tanto, tomamos como referência a Lei nº 11.645/2008 que assegura a obrigatoriedade do ensino de história e da cultura dos povos indígena nas escolas de ensino fundamental e médio do país. Após as análises, concluímos, de maneira geral, que apesar de obrigatória, a temática indígena quase não se faz presente na prática escolar e que, além disso, a mesma é trabalhada é por meio de um ensino superficial e ainda estereotipado, distante do que regem os documentos oficiais das instituições, da legislação e de outros pontos fundamentais que giram em torno do tema, como isonomia cidadã e direitos humanos.

Palavras-chave: Povos indígenas, Lei nº 11.645/2008, Ensino Fundamental, Educação Escolar, Interculturalidade.

INTRODUÇÃO

A mais recente mudança dentro da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que norteia o que é ensinado nas escolas do Brasil, possui grandes influências nos estudos culturais e principalmente dos movimentos sociais nos currículos escolares no Brasil. Segundo alguns teóricos como Silva (1999), Moreira e Silva (2009) e Carvalho (2004), a partida para o início dos estudos sobre esse tema se deu nas primeiras décadas do século XX, sendo impulsionada nos anos 1940 (CARVALHO, 2004). Após décadas depois o intitulado “Movimento Negro” ganhou força com a inserção de vários grupos e mais os movimentos sociais relacionados a educação, com as discussões com enfoque para o campo do currículo, tendo como principal incentivador o educador Paulo Freire.

Em 1980 a discussão foi intensificada por parte de vários grupos, dentre eles os povos indígenas, que visava a retomada dos direitos à terra, educação diferenciada e à saúde. No final dessa década, os indígenas conquistaram espaço na elaboração da Constituição Federal brasileira promulgada em 1988:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 2º. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurando às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. [...]

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. [...]

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à união demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 2008, p.137-146).

O reconhecimento da diversidade étnica representa a garantia do direito à diferença, educação diferenciada, onde inclua a valorização das suas práticas socioculturais, religiosas e preservação das línguas originárias de cada povo (Silva, 2010). Segundo Luciano:

Em termos conceituais e políticos foi a Constituição Federal de 1988 que revolucionou o rumo da política indigenista oficial e, junto, a educação escolar indígena. Resultado de longo processo histórico de mobilizações sociais e políticas de setores da sociedade civil brasileira principalmente dos povos indígenas e das suas organizações, as concepções de cidadania indígena e de educação encontraram amparo na legislação do país. A Constituição Federal de 1988 superou de forma definitiva a concepção absolutamente equivocada da incapacidade indígena que fundamentou o princípio jurídico da Tutela, por meio do qual, era concedido ao Estado o poder e a responsabilidade de decidir e responder pela vida e destino dos povos indígenas do país, visão esta que imperou por quase 500 anos, ou seja, desde a chegada dos primeiros portugueses ao Brasil no ano de 1500. [...] Desta forma, as ideias e práticas etnocidas, genocidas, integracionistas e civilizatórias que permearam todo processo anterior foram derrubadas, pelo menos do ponto de vista teórico e legal. A partir dessa conquista constitucional, muitas outras normas infraconstitucionais, inclusive 40 convenções internacionais, foram criadas e aprovadas na tentativa de garantir a efetividade dos referidos direitos.

Dentro de um contexto que surge na Constituição Federal de 1988, que reconhece aos indígenas seu direito legítimo de exercer sua culturalidade livremente (BRASIL, 1988); perpassa a Lei nº 11.645/2008, que implementou a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos povos indígenas nas escolas de ensino fundamental e médio do país (BRASIL, 2008), como forma de justo reconhecimento da importância dos povos originários ao longo da história do Brasil. Essa lei representa também um relevante avanço nas conquistas para o reconhecimento social dos povos indígenas, sendo um grande marco para as reivindicações dos movimentos indigenistas e indígenas e essa temática acerca da inclusão da diversidade étnica e cultural nas práticas pedagógicas escolares brasileiras vem a atender uma situação educacional de muita relevância. O tema em questão se avia na Base Nacional Comum Curricular consolidada em 2015, que vai além ao propor um aprofundamento acerca do conhecimento das culturas indígenas (BNCC, 2015). Desse modo, discutir esse conteúdo sob uma perspectiva pedagógica é papel fundamental dos profissionais escolares, que são responsáveis pela educação das crianças e dos jovens brasileiros nas instituições de ensino públicas e privadas.

Além disso, compreendemos que a escola, é uma instituição responsável pela formação de cidadãos conscientes, e, portanto, necessita ser um espaço favorável ao trabalho com as diversidades, para que nela e em suas periferias, os alunos tenham acesso ao conhecimento e as diversas culturas existentes em nossa

sociedade. Pois é essa diversidade cultural que marca uma sociedade, tendo em vista que cada ser humano tem sua história particular, formada pela sua estrutura biológica, social e cultural. Tendo em vista que

Apesar de todas as críticas a esse modelo normatizador e homogeneizador da instituição de ensino, ninguém discorda que a educação escolar tem um papel fundamental a desempenhar na construção e na valorização de um mundo verdadeiramente plural, onde caibam todos e todas, onde todas as culturas, etnias e identidades sejam respeitadas. Nessa perspectiva, o que se critica aqui não é a escola, mas a forma como tradicionalmente nós a entendemos. (Andrade, 2009, p. 42)

Portanto, as salas de aula precisam estar abertas ao diálogo e a quebrar os paradigmas e estereótipos de superioridade de uma cultura sobre a outra, pois a diversidade cultural sempre existiu, inclusive em sala de aula. O que vai mudando é a necessidade de se trabalhar esse tema, incluindo a temática indígena. Nos encontramos assim, com uma revolução, como relatam Moreira e Candau (2003),

As transformações culturais desenvolvem-se também de forma bastante aguda no nível do microcosmo. A expressão "centralidade da cultura", tal como empregada por Hall (1997), refere-se exatamente à forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, tornando-se elemento-chave no modo como o cotidiano é configurado e modificado. Assim, a cultura não pode ser estudada como variável sem importância, secundária ou dependente em relação ao que faz o mundo se mover, devendo, em vez disso, ser vista como algo fundamental, construtivo, que determina a forma, o caráter e a vida interior desse movimento. (Moreira, Candau, 2003, p. 159)

Este meio em que estamos inseridos é historicamente pautado em cima de desigualdades, sendo dividido e organizado nos grupos sociais de forma desigual. E uma grande questão que paira sobre toda essa discussão é como resolver esse problema de reconhecimento, principalmente ao que se refere os povos indígenas, que são fortemente afetados, e o multiculturalismo nos explica que:

tratar igualmente indivíduos e grupos que possuem acesso muito desiguais aos bens, serviços e espaços de poder? Dar a grupos profundamente desiguais uma suposta igualdade de tratamento parece não ter dado muito efeito, visto que até hoje perduram entre nós uma desigualdade de fato, apesar da igualdade no discurso ser uma retórica secular. O que se defende no multiculturalismo é que, numa sociedade

desigual, é preciso tratar com distinção – ou com diferença – aqueles que estão em situação de desvantagem social, para que possam de fato alcançar um patamar mais igualitário em relação aos outros grupos. Até porque, as desvantagens sociais foram historicamente desconstruídas... Redistribuir bens, serviços e poder a fim de desconstruir vantagens sociais injustas, construídas historicamente a favor do grupo dominante e contra os supostamente inferiores, os diferentes. (Andrade, 2009, p. 27)

Além disso, para justificarmos este trabalho realizamos uma pesquisa envolvendo a temática que resultou na publicação de um resumo em um congresso de nível nacional, realizado em Florianópolis - Santa Catarina, mais precisamente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), lá tivemos a oportunidade única de compartilhar com os universitários locais os resultados levantados por meio de nossa pesquisa, e o entusiasmo e curiosidade de cada ouvinte fez crescer ainda mais a vontade de nos aprofundarmos no tema, só que dessa vez de uma maneira mais específica. Tendo em vista essas experiências e outras que incluem o estágio curricular supervisionado, período que nos liga diretamente com a realidade de ensino dentro das escolas é que se deu a escolha do tema para a pesquisa aqui estudada, por observar principalmente tamanhas “falhas” e até mesmo a ausência da abordagem da temática indígena.

A educação eurocêntrica que se faz presente no cotidiano escolar evidencia a construção histórica da exclusão de povos como indígenas e negros e ressalta a considerável dívida histórica para com esses povos que formam a matriz cultural brasileira. A escola tem o poder de excluir de vez tais povos ou de fortalecer o cumprimento de seus deveres e para o Ensino Fundamental, se espera que os alunos sejam capazes de

Também destacamos aqui o que se estabelece para a História do Ensino Fundamental:

Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles; Questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções, reconhecendo formas de atuação políticas institucionais e organizações coletivas da sociedade civil; Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia (PCN, 1997, p. 41).

No entanto, decorrente dos movimentos já mencionados de luta desses segmentos da sociedade subjugados pela política nacional, se institucionaliza a inclusão da diversidade étnico cultural no currículo escolar, com a promulgação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Além disso, se pode ressaltar também que a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada no ano de 1988, assegura aos indígenas o direito de manterem a sua alteridade cultural e se torna então dever do Estado, a tarefa de proteger estes grupos.

A partir disso é possível afirmar que um caminho foi aberto para o reconhecimento das diferenças culturais que existem nossa sociedade e da importância de se criar modelos educativos e práticas pedagógicas que possam satisfazer as necessidades básicas de educação com relação a essa temática. Como trata J. Gimeno Sacristan a respeito do multiculturalismo

A visão multicultural vincula-se com a pretensão de uma educação para a democracia e a tolerância em um mundo que, pela influência dos meios de comunicação, tem, mais do que nunca, a consciência de ser plural; onde os indivíduos, por exigências da economia política, da ciência, da solidariedade e da manutenção da paz têm que se relacionar com povos de tradições culturais muito diferentes (Sacristan, 1999, p. 106).

É possível perceber o quanto se torna importante um estudo que se possa compreender como as escolas vêm abordando temáticas como esta. Incluir essas questões a respeito da pluralidade cultural em sala, ou seja, a falar sobre os povos indígenas e inserir os temas transversais, em aula, é um fortalecimento e integração de nossa identidade, e de nossa própria história. Como trata ainda Sacristan, quando fala dos povos imigrantes, é uma valorização e autoestima e também se aplica a aplicação da temática indígena em sala de aula

Ao ter que escolarizar os descendentes de imigrantes, a escola se vê frente a atipicidade de contar com alunos de costumes, formas de pensar e valores que contrastam com a cultura que é reproduzida pelos currículos atuais dos sistemas educacionais. A pressão migratória se manterá enquanto existir uma forte divisão entre ricos, de um lado, e pobres que não podem viver em seus lugares de origem, de outro. Nessas condições sociais, o multiculturalismo será um desafio importante das políticas escolares e do currículo, um desafio que seria conveniente antecipar (Sacristan, 1999, p.94).

Imaginamos que as crianças entram em contato mais cedo com um universo de conteúdos que necessitam ser apresentados com mais argumentos que possibilite um entendimento que leve para o seu caminhar no contexto escolar. E nesta direção podemos nos adentrarmos no pensamento de Baggio e Guelfi (2013), percebe-se no contexto escolar que a abordagem da questão indígena pelos professores é baseada muitas vezes em conhecimentos superficiais, outros se limitam apenas em desenvolver atividades no dia do índio, reforçando estereótipos que devem ser abolidos.

É neste sentido que nos apoiamos para que a referida investigação nos proporcione uma gama de conhecimentos que, além disso, segundo Cavalheiro e Costa muitas das análises acerca dos livros didáticos feitas atualmente, no que se refere às questões indígenas, apontam que existem muitas informações equivocadas, carregadas ainda de uma visão eurocêntrica e preconceituosa sobre o assunto. Para ir contra essa visão é necessário trabalhar a cultura, como estabelece Moreira e Candau

A expressão "centralidade da cultura", tal como empregada por Hall, refere-se exatamente à forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, tornando-se elemento-chave no modo como o cotidiano é configurado e modificado. Assim, a cultura não pode ser estudada como variável sem importância, secundária ou dependente em relação ao que faz o mundo se mover, devendo, em vez disso, ser vista como algo fundamental, constitutivo, que determina a forma, o caráter e a vida interior desse movimento. (Moreira; Candau, 2003, p.159)

Assim para justificar a realização desta pesquisa, foram muitos as observações de como eram abordados os conteúdos referentes à temática indígena, isto foi nos questionando no decorrer da trajetória acadêmica, pois compreendemos que é de conhecimento geral que o âmbito escolar é rodeado pela construção simbólica de realidades distintas em vários contextos, sendo eles: culturas, crenças e identidades distintas, que formam a partir deste pressuposto representações sociais de determinados grupos ou indivíduos. A escola também é um espaço de construção de identidade, de trabalhar conceitos que nascem no seio familiar e de gerar no indivíduo um olhar diferenciado para as relações humanas.

Segundo Candau (2009, p. 13) "O que parece consensual é a necessidade de se reinventar a educação escolar.", ou seja, trabalhar para a transformação da educação, e esta inicia com a mudança de pequenas ações diárias que, mesmo

não aparentando, possuem muita influência na vida do aluno. Diante de todos estes argumentos que nos embasamos e focando em escritos de uma literatura vasta nesta área, pensamos que é necessário um olhar minucioso sobre a maneira pela qual os povos indígenas são representados na escola desde a sua consideração nos documentos escolares, tendo em vista que são documentos que norteiam a prática de ensino adotadas pela escola por meio da equipe gestora e em seguida pelos professores regentes, bem como a sua transmissão dentro da sala de aula por meio das práticas pedagógicas do professor visando garantir o desenvolvimento de um olhar empático e acolhedor, e não de julgamento com base em estereótipos sobre culturas diferentes, mas que nos influenciam de forma direta e indireta. Apoiando-nos em Sousa Santos (2001), insistimos na necessidade de uma orientação sob um olhar multicultural, nas escolas e nos currículos, que se assente na tensão dinâmica e complexa entre políticas da igualdade e políticas da diferença. “As versões emancipatórias do multiculturalismo baseiam-se no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum além de diferenças de vários tipos” (Santos, 2003, p. 33).

Gobby aponta que

a permanência de algumas temáticas apontadas por pesquisas anteriores – como a reprodução de estereótipos, a utilização de pressupostos evolucionistas, a presença de noções etnocêntricas, a menção aos povos indígenas como pertencentes ao passado, a desconsideração dos saberes indígenas, as inúmeras imprecisões conceituais, a confusão na grafia dos nomes indígenas, entre outros aspectos. Contudo, também foram encontrados alguns avanços no tratamento dado à temática indígena e à diversidade cultural em alguns dos referidos livros, como a veiculação de informações mais atualizadas, mais próximas da realidade, ou o uso do conceito de cultura. (...) São permanências e avanços que quase sempre, aparecem lado a lado, ou seja: num mesmo livro, ou numa mesma coleção didática, podemos encontrar concepções completamente equivocadas em relação aos povos indígenas e às suas culturas, seguidas daquelas informações mais atualizadas, mais próximas da realidade ou que, de algum modo, os valorizem (Gobbi, 2006, p.107).

Nesse sentido, discutir e problematizar para desconstruir estigmas consolidados com relação a estruturação da imagem do indígena, mais próxima à realidade, é crucial. Ignorar não somente as contribuições das sociedades indígenas mas também a sua existência de maneira que se mantenha visões estereotipadas que são

alimentadas com o tempo é conseqüentemente desvalorizar a cultura do próprio povo brasileiro. Além de que, quando se discute com os alunos a partir dessas abordagens, se reforça a propagação do pensamento existente desde o momento em que os primeiros europeus chegaram em terra brasileira, de maneira que a visão que apresenta a figura do indígena como ingênua e sem capacidade de compreender o mundo de maneira geral estando a mercê de sua tutela. desde a época da chegada dos primeiros europeus ao Brasil, ou seja, aquela visão que concebeo índio como ingênuo, incapaz de compreender o mundo dos não índios e, portanto, à mercê de sua tutela.

Esta ideia foi amplamente difundida através de romances, crônicas e produções intelectuais da época, e que figuram até hoje nos materiais didáticos, onde escapa a dimensão histórica própria desses povos. Dessa forma, se faz necessário um estudo aprofundado acerca da abordagem da temática indígena no ambiente escolar, a fim de se conhecer a maneira pela qual o indígena é retratado na escola por meio dos materiais didáticos e documentos.

A inclusão desta temática de maneira específica e não superficial visa fazer com que, tanto discentes quanto professores, reflitam sobre a presença dos indígenas não somente como parte integrante de nossa sociedade, como também dentro das escolas, presença essa que muitas vezes é desconsiderada ou despercebida, devido ao histórico que permeia as relações entre indígenas e não indígenas no Brasil.

Entendendo que a função social e política da escola está muito além da escolha de uma metodologia que seja eficaz na transferência de conhecimentos historicamente acumulados ou no preparo de novas gerações para aprovação em processos seletivos de ingresso no ensino superior e/ou na inserção no mercado de trabalho, se faz necessário um olhar minucioso sobre a maneira como os povos indígenas são representados no meio escolar. Segundo Paes (2008) "(...) os discursos produzidos pela escola e por outros aparelhos culturais, que funcionam e se instituem como regimes de verdade, implicam a construção de representações de mundo, de sujeitos e o modo que estabelecem as relações com o sujeito e as relações consigo mesmo". Nesse sentido, a presente pesquisa se propôs a investigar de que maneira a temática indígena tem sido abordada no meio escolar no município de Cruzeiro do Sul, no estado do Acre a partir de uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) e plano de aula da disciplina de história de duas escolas pré-estabelecidas analisando e observando até que ponto esses documentos escolares se encontram alinhados à Lei 11.645/2008 e à BNCC.

Principalmente por se tratar de uma cidade do interior do Acre, estado amazônico fronteiro com o Peru e a Bolívia, Cruzeiro do Sul é um lugar onde se fazem presentes várias etnias indígenas. Assim, entendendo a representatividade e a importância da existência e resistência dessas etnias e, aliado a isso, as experiências oriundas da graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre, mais precisamente de disciplinas que envolveram a temática indígena (Educação para as Relações Étnico-Raciais e Fundamentos da Educação Escolar Indígena), surgiu o entusiasmo e interesse para o aprofundamento e estudo do tema dentro de um projeto de extensão intitulado *"A riqueza indígena acreana na desconstrução da discriminação do indígena na escola"*, que tinha como objetivo desagregar conceitos pré-estabelecidos acerca da figura indígena no ambiente escolar. No decorrer da experiência foi possível perceber o quanto é importante desenvolver um estudo que envolva essa temática para que, a partir disso, se possa compreender em que dimensão as escolas vêm trabalhando o tema em questão, reconhecendo a importância de se trabalhar a temática em sala através de uma perspectiva em que se reconheça e se valorize a cultura indígena, como preconiza a lei, e de maneira que a abordagem seja feita de modo a valorizar também a multi e a interculturalidade, ao invés das visões estereotipadas e discriminatórias tão comuns ainda nos dias de hoje.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem por premissa uma abordagem qualitativa que, segundo Gil (2008), pode proporcionar o contato direto com o objeto de investigação, possibilitando assim, uma visão mais ampla da situação estudada, proporcionando uma apresentação de dados que são organizados a partir de índices subjetivos, de acordo com a sensibilidade e conhecimento do pesquisador. Conforme afirma Maradino (2009, p. 43):

Na perspectiva qualitativa, os caminhos que norteiam o conhecimento científico visam à apreensão de processos acima do método, isso é, privilegia-se a informação interpretativa sobre a realidade, que está centrada na construção de dados. Se por um lado tem-se um sujeito que traz indagações de pesquisa a partir de suas concepções de mundo, por outro, o objeto é também um objeto-sujeito que fala e se posiciona conforme o seu contexto histórico-social.

Sendo assim, foi realizada uma revisão bibliográfica a partir de autores como Moreira e Candau (2003), Paes (2008) e Silva (1995), entre outros, assim como também a Lei 9.394/1996 (LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Lei 11.645/2008 que tratam a temática indígena na educação. Entre os estudos de autores como Gil (2008) e Maradino (2009) se norteou a metodologia da presente pesquisa. Para coleta de dados foi realizado um estudo documental a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP) de duas escolas (aqui chamadas de escola A e escola B) da rede estadual de ensino, situadas na região urbana da cidade de Cruzeiro do Sul, no estado do Acre. Quanto a pesquisa de revisão bibliográfica, esta se utilizou fundamentalmente das contribuições dos diversos autores (citados acima) especialistas no assunto, enquanto a pesquisa documental valeu-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, seguindo os critérios assinalados por Gil (2008).

Além disso, baseados em Klosouski e Reali (2008), que trazem um foco na importância do ato de planejar em todas as ações humanas, mas mais especificamente na prática docente, se buscou analisar também, a partir de Planos de Aula da disciplina de história, quais são as principais estratégias que os professores têm planejado para trabalhar a temática indígena em sala de aula.

REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de analisar a problemática proposta, pretendemos trabalhar de uma maneira interdisciplinar utilizando referenciais teóricos do multiculturalismo e da educação para assim compreender melhor a abordagem da temática indígena nas escolas selecionadas, bem como analisar a maneira como as equipes gestora e os professores planejam e desenvolvem ações dentro do contexto da aplicação da Lei 11.645/2008.

É por meio da aplicação dessa Lei, que podemos garantir que os alunos possam entender mais de sua trajetória, é de suma importância conhecermos a história, para sabermos como nos concebemos e onde poderemos chegar. É a partir de nossas trajetórias e nossas memórias, que são traços de quem somos, embora muitas vezes esquecidas, essas memórias advindas do passado histórico podem contribuir de forma significativa para o reconhecimento do ser humano, enquanto indivíduo ativo na sociedade.

Tais indagações, advindas da Lei 11.645/08 muitas vezes são ignoradas pelos responsáveis pelo processo educativo dos jovens, Podemos citar como exemplo, a obtenção do sentimento de pertencimento da sociedade em relação à própria identidade cultural. Dessa forma, se aplicada com eficiência, essa lei garante que haja um reconhecimento da pluralidade da sociedade brasileira, que é sim formada por diferentes histórias e culturas, que resulta em uma diversidade presente em todos os meios sociais.

A fim de analisar a problemática aqui proposta, adotamos uma estratégia de análise a partir de uma abordagem interdisciplinar, utilizando referenciais teóricos sobre multiculturalismo e educação para assim tentar compreender melhor a abordagem da temática indígena nas escolas elencadas, bem como visando também analisar a maneira como as equipes gestoras e os professores planejam e desenvolvem ações dentro do contexto da aplicação da Lei 11.645 e da BNCC.

Entre os outros autores foi possível destacar os estudos de Aracy Lopes da Silva (1995), que discute como tratar a temática indígena em sala de aula, além de desconstruir a ideia de índio genérico e muito estereotipado. Essa visão enviesada possui alicerces no passado, desde as missões jesuítas, onde os povos indígenas passam a ser retratados como pessoas que deveriam ser assistidas e catequizadas, como única forma de trazê-los à civilização e a salvação. Ainda que a escola venha a apresentar alguma limitação para trabalhar com o tema, é preciso que essa reflexão seja estimulada, a fim de que essa visão estereotipada possa ser desconstruída através de uma prática educativa mais comprometida social e eticamente.

Em Moreira e Candau (2008), autoras que tratam do multiculturalismo na educação, se buscou abordar os temas inerentes ao atual cenário educacional, buscando socializar discussões, estudos e princípios norteadores de procedimentos pedagógicos em que questões referentes principalmente àqueles que se referem a cultura, identidade e raça. A partir disso, se visou entender o quanto as questões no que compete a educação escolar e seu relacionamento com a cultura são extremamente complexas e afetam várias dimensões. Além disso Bonin (2010) trás a ideia de um contexto escolar que não parece acolher, nem tolerar índios que não se encaixam na condição de exotismo por meio das práticas escolares e de suas estratégias.

A partir de Veiga (2001) se destaca uma reflexão acerca da construção do PPP escolar, pois, segundo o autor, o PPP da escola norteia as indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico e inclui, dessa maneira, o trabalho do

professor na dinâmica interna da sala de aula. Sendo assim, o documento se torna pertinente à investigação dessa pesquisa, para que fosse possível identificar de que maneiras, dentro desse contexto, se insere a temática indígena. Por fim, utilizando também o estudo de Klosouski e Reali (2008), que descrevem a importância do planejamento da prática docente para se ressaltar a importância da análise do plano de aula de história, foi realizada uma análise detalhada desses documentos tendo como base norteadora os apontamentos dessa referência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os povos indígenas são parte da diversidade étnica do Brasil e o estudo destes povos se faz essencial para a compreensão da formação de nossa identidade cultural. Vale ressaltar, ainda, a grande relevância da história desses povos que tanto contribuíram para a formação das áreas sociais, econômicas e políticas do nosso país, como nos afirma Bonin (2010) “a identidade brasileira é narrada como resultado de um encontro, entre distintas culturas, fundamentando a necessidade de considerarmos a pluralidade como parte de nossa natureza.”

Acreditamos que tal abordagem necessita ser mais trabalhada na escola, construir na criança conhecimentos que se façam entender a pessoa indígena como sujeitos que possuem culturas próprias. Alguns educadores nos mostram que quando não se trabalha uma percepção de perceber o outro como sujeito, como pessoa que produz suas próprias ações, acaba fortalecendo estereótipos como nos diz Bergamaschi e Gomes (2012) quando afirmam que muitas vezes essa imagem de índio que é construída na infância permanece para o resto da vida, pois são escassos os contatos com a temática indígena no restante do período de escolarização e na vida adulta.

Desde muito pequenas, as crianças devem ser mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento como elementos plurais, formar atitudes de solidariedade e aprender a identificar e combater preconceitos que incidem sobre as diferentes formas que os seres humanos se constituem enquanto pessoas. [...] é necessário criar condições para o estabelecimento de uma relação positiva e uma apropriação das contribuições histórico - culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América, reconhecendo, valorizando, respeitando possibilitando o contato das crianças com as histórias e as culturas desses povos (BRASIL,2009,p.89)

Ao negligenciar a relevância da questão indígena as escolas vão na contramão aos parâmetros curriculares nacionais (1998) que estabelecem que a educação escolar deve considerar a diversidade dos alunos como elemento essencial a ser tratado para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem. Dessa forma a escola não neste sentido, percebemos que as escolas conseguem desenvolver seu papel cumprindo com as responsabilidades de ministrar os conteúdos propostos no currículo, mas entendemos que é necessário garantir um pouco mais o entendimento de que a diversidade presente na sala de aula possa ser um fator de acréscimo no processo de ensino e aprendizagem e que estes conhecimentos que serão adquiridos devem ser uma base para a vida inteira e não um problema a ser tratado, a ser visualizado.

As instituições escolhidas para o desenvolvimento desta pesquisa foram as escolas aqui intituladas de escola "A" e "B". Ambas atendem ao público infantil, mais especificamente, dentre outras séries, o 5º ano do ensino fundamental, série selecionada para desenvolver o estudo em questão. A princípio a solicitação dos documentos para a realização da pesquisa seriam presenciais, no entanto a pesquisa foi realizada no período em que, devido a pandemia de COVID-19, esse contato com as escolas se deu de modo online, de maneira que os documentos foram encaminhados via email.

Primeiramente foram avaliados os PPPs das escolas. Segundo Pereira (2015), o documento deve ser elaborado e reelaborado sempre, com o propósito de se alcançar uma educação emancipadora, que enseje a construção da cidadania e reconhecimento da diversidade de cada escola. A escola "A" apresenta o currículo como um instrumento pelo qual a escola vai preparar o indivíduo para o exercício da cidadania e essa preparação para a cidadania é feita através da prática, pois segundo o PPP da escola não se ensina somente através de teorias e discursos. Para que se aprenda é necessário, segundo o documento, que haja a combinação da teoria com a prática. Partindo dessa ideia e levando em conta que a cidadania pressupõe a existência da diversidade a escola deve então estar comprometida a formar cidadãos integralmente críticos e participativos. Segundo Araújo (2003) é importante analisar como a escola está construindo a cidadania dos seus descendentes, pois se entende que formar e ser cidadão, em um contexto cultural plural, tem significados e representações diferentes em relação ao modelo e ao discurso da cidadania universal e irrestrita para "todos os cidadãos" do mundo globalizado.

Além disso, observou-se que o PPP da escola “A” apresenta uma ideia que vai além de possibilitar aos educandos capacidades para desenvolverem inúmeros aspectos e cultivar na comunidade educacional atitudes de ética, respeito e solidariedade para o fortalecimento da cidadania, fornecendo aos alunos o desenvolvimento do pensamento crítico para que possam relacionar-se com responsabilidade na sociedade. Portanto, é possível assim afirmar que a escola se dispõe de fato a valorizar um espaço de aprendizagem integral, mas que, apesar disso, não destaca e nem se aprofunda no que diz respeito a diversidade e nem aos caminhos a serem percorridos para se trabalhar o tema em pauta.

No que diz respeito a escola “B” não foi possível identificar no documento, apontamentos que descrevam com clareza alguns pontos que são fundamentais, como por exemplo o currículo, que é tratado de maneira superficial, assim como a metodologia e outros tópicos a serem desenvolvidos e que são de extrema importância para a construção do PPP da escola. Portanto, quando se volta um olhar analítico sobre o PPP da escola “B”, se percebe uma certa superficialidade, evidente principalmente no currículo proposta para para a disciplina de história, que diz que “A escola, ao ensinar história não pode reduzi-la a memorização dos fatos, a informação detalhada dos eventos, ao acúmulo de informações sobre as circunstâncias sobre as quais ocorreram a história”, sem maiores detalhamentos.

Podemos perceber que a instituição “B”, apesar de fundamentada em valores e princípios educativos importantes, tendo como seu principal objetivo proporcionar uma escola atrativa, com ensino de qualidade e que forme cidadãos conscientes e capazes de enfrentar os desafios do mundo atual, e de defender a importância dos conteúdos, incluindo da disciplina de história, não descreve claramente no seu PPP os objetivos que se busca alcançar por meio da referida disciplina e não utiliza desses valores e princípios para tratar a temática indígena de maneira clara e não estereotipada.

Para Moreira e Candau (2003, p. 52)

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença, e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar.

Após o PPP se realizou a análise do plano de aula da disciplina de história, recurso esse utilizado diariamente pelo professor na rotina escolar e de extrema importância para o bom andamento da disciplina, pois consiste no planejamento pautado em referenciais e metodologias pré-estabelecidas, neste caso, acreca dos caminhos traçados para se abordar a temática indígena em sala de aula. O plano de aula que foi fornecido pela escola “B” para contribuir com esses estudos, apresentou por objetivo, compreender que as diferentes formas de registros produzidos pela humanidade, são necessários para sabermos sobre o passado.

Este plano se tratava de uma observação de imagens de pinturas rupestres encontradas por alguns arqueólogos, com o intuito de estimular os alunos a relacionarem essas pinturas aos povos indígenas da região, além de questionar os alunos se já viram alguma pintura feita por povos indígenas, ou algum outro artefato como pintura corporal, artesanato, entre outros, que tenha sido produzido por esses povos. A partir da leitura do plano e quando se observa o objetivo proposto pela aula é possível perceber que a temática é abordada de uma maneira que não se constrói novos conhecimentos a cerca da temática e até reproduz a imagem estereotipada do indígena ao relaciona-los somente a pinturas ou artesanatos. Segundo Mancini (2009) a generalização e/ou a simplificação com que os “índios” e a questão indígena são representados operam a favor da (re)produção de estereótipos e preconceitos, reforçando-os, ao invés de desconstruí-los.

A partir das análises realizadas no plano de aula fornecido pela escola “A” se percebeu com clareza o ainda retrocesso na prática pedagógica escolar, quando a temática indígena somente é trabalhada no dia 21 de abril, popularmente conhecido como o “Dia do Índio”, onde no decorrer das aulas o professor se utiliza de imagens, pinturas e textos que alimentam o estereótipo já existente na sociedade com relação a figura do indígena. As crianças são orientadas a colorir, por exemplo, a imagem do indígena com cocar, arco e flecha e estimuladas a entender os processos de conquistas pelo viés da vitimização dos índios, destacando inclusive o seu desaparecimento. Segundo Silva (2008) a práxis pedagógica ainda carece de uma contínua formação aliada a novos estudos e nas abordagens interdisciplinares, para que dessa forma possa sair das práticas colonialistas, nas quais se perpetuam estereótipos e preconceitos sobre os povos indígenas, de maneira que venha a permitir que a celebração do Dia do Índio possa ser proposta pelo próprio indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os documentos aqui mencionados, PPP e o plano de aula de história das escolas selecionadas e abordadas no decorrer deste projeto chegamos a conclusão que embora a discussão desse tema já tenha avançado dentro do contexto da Lei nº 11.645/2008 existe muito a ser feito e conquistado e que incluir o debate da diversidade cultural no currículo é reconhecer e aceitar as especificidades decorrentes aos grupos humanos.

Tais resultados já nos eram esperados tendo em vista os anos de experiência que temos como discentes e todos os trabalhos que realizamos durante o período presente na universidade, dentre eles o projeto de extensão e o período de regência nos estágios. Percebemos que não existe muita (ou quase nenhuma) inserção do tema no dia a dia das salas de aula. Quando há, ocorre de forma muito superficial e carregadas de estereótipos que devem ser deixados no passado, pois já são ultrapassados e condizem com os ideais de formar indivíduos inteligentes e conhecedores dos direitos e deveres como cidadãos.

Entender a importância de abordar esta temática na sala de aula, é imprescindível, tendo em vista a construção de conhecimentos dos alunos e o entendimento dos mesmos diante o tema terá impactos futuros, podendo ser um impacto positivo ou negativo. Quando se trabalha esse tema em sala, compreende-se que o papel da escola na formação da criança, é também garantir que o indígena não seja visto como "outro" a ser observado à "distância", com "medo", "desprezo ou admiração", fazendo-o ser visto como um sujeito histórico, que é parte integrante da diversidade étnica e cultural e que marca a sociedade brasileira. Entendendo antes de tudo que trabalhar a temática indígena na Educação está abrindo caminho para o reconhecimento das diferenças culturais que existem grandemente em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcelo (Org.). **A diferença que desafia a escola**. Quartet, 2009.

ARAÚJO, J. A. de. **Construindo cidadãos: escola, cidadania e diversidade cultural**. SEMOC - Semana de Mobilização Científica – UCSAL. 2003

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. **A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural.** Cidade, *Círculo semFronteiras*, v. 12, p. 53-64, jan./abr. 2012.

BONIN, Tatiana Iara; **Povos indígenas na rede das temáticas escolares: o que isso nos ensina sobre identidades, diferenças e diversidade?** Currículo sem Fronteiras, v.10, n.1, pp.73-83, Jan/Jun 2010

BORGES, E. M. F. **A Inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica.** R. Mest. Hist., Vassouras, v. 12, n. 1, p. 71-84. 2010.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).** Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília, 2015. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOBBI, Izabel. **A temática indígena e a diversidade cultural nos livros didáticos de História.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

KLOSOWSKI, S.S.; REALI, K.M. **Planejamento de ensino como ferramenta básica do processo ensino-aprendizagem.** In: Revista Eletrônica Lato Sensu. Guarapuava: UNICENTRO. Ed.5, 2008.

MANCINI, A. P. G. **Desconstruindo estereótipos: apontamentos em prol de uma prática educativa comprometida eticamente com a temática indígena.** Revista Tellus, 2009.

MARADINO, M. et al. **A Abordagem Qualitativa nas Pesquisas em Educação em Museus.** Texto submetido e apresentado no VII ENPEC, Florianópolis, 2009.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos.** Revista Brasileira de Educação. 2003

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** Petrópolis: Vozes, 2008.

PAES, M. H. R. **Representações cinematográficas “ensinando” sobre o índio brasileiro: selvagem e herói nas tramas do império.** 2008. 154 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Currículo e diversidade cultural.** In: SILVA, Tomás Tadeu da et al. Territórios contestados: o currículo e os novos mapas culturais. São Paulo: Vozes, 1999.

SILVA, A. L. da. **Mito, razão, história e sociedade: inter-relações nos universos socio-culturais indígenas.** In *Temática Indígena Na Escola: Novos Subsídios para Professores de Primeiro e Segundo Graus.* Brasília: Mec/Mari/Unesco. 1995.

SILVA, A. S. da., **O Dia do Índio e a Lei 11.645/2008: avanços e retrocessos na práxis escolar.** MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA. 2018.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto Político Pedagógico da Escola, Uma Construção Possível.** Papyrus Editora, 2001.